

RELATÓRIO DE GESTÃO

Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - FUNEMP

O Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - FUNEMP foi criado pela Lei Complementar Estadual nº 67, de 22 de janeiro de 2003, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 143, de 20 de julho de 2017, e regulamentado pela Resolução PGJ nº 21, de 11 de outubro de 2017. É uma entidade contábil vinculada à unidade orçamentária da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) e tem por objetivo aperfeiçoar as funções institucionais do Ministério Público previstas no artigo 129 da Constituição da República, especialmente a permanente modernização e obtenção dos meios necessários para o combate ao crime organizado, a reconstituição dos bens lesados e a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

No Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) de 2020 a 2023, instituído pela Lei nº 23.578, de 15/01/2020, e revisado para o exercício de 2021 por meio da Lei nº 23.752, de 30/12/2020, consta como diretriz para a Unidade Orçamentária 4441 (FUNEMP) o Programa 737 – Modernização Institucional, que é unissetorial e tem como objetivo “*aperfeiçoar as atividades Ministeriais através do reaparelhamento e da modernização da Instituição*”. Esse programa tem somente a Ação 1009 – Reaparelhamento e Aperfeiçoamento Institucional, que tem como objetivo “*aperfeiçoar as atividades institucionais através de treinamento de seus membros e servidores e do reaparelhamento de Promotorias e Procuradorias*”.

Para cumprimento dos objetivos constantes no arcabouço jurídico supracitado, o FUNEMP aprovou e executou diversos projetos. Segue a descrição de algumas ações relevantes ocorridas no exercício 2020 com avaliação do impacto socioeconômico delas, abrangendo a execução física e financeira dessas ações.

Aprovação de projetos pelo FUNEMP

No primeiro semestre de 2020, o Fundo Especial do Ministério Público (FUNEMP) aprovou o custeio dos seguintes projetos:

- financiamento de alimentação a alunos em situação de extrema pobreza matriculados na rede estadual de ensino de Minas Gerais durante a pandemia do Covid-19 pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese-MG) no valor de R\$ 30.800.000,00; custeio de projeto da Sedese-MG conhecido como “Bolsa Merenda” durante 4 (quatro) meses de pandemia do coronavírus. Serão beneficiados 385.000 alunos de escolas públicas mineiras;
- “viatura adequada, investigação qualificada” da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) no valor de R\$ 321.080,00: projeto que se destina à aquisição de 2 (duas) viaturas, caminhonetes 4x4, para o Departamento Estadual de Investigação de Crimes contra o Meio Ambiente. Será beneficiada toda a população mineira devido ao incremento nas diligências investigativas relacionadas aos crimes ambientais;
- fortalecimento da identidade visual da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) no valor de R\$ 80.096,26: o projeto pleiteia a produção de *banners* e *displays* em acrílico em

atendimento à norma nacional de padronização da Polícia Civil editada em 2018. Serão beneficiadas todas as unidades da PCMG;

- estruturação do Gaeco-BH (MPMG) no valor de R\$ 561.000,00: o projeto objetiva a aquisição de equipamentos de captação de áudio e imagem com rastreador embutido. Como o Gaeco tem composição mista, serão beneficiados, além do MPMG, as Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, e toda a população mineira com esse investimento no combate ao crime organizado;
- reestruturação dos Núcleos de Combate aos Crimes contra a Ordem Econômica e Tributária de Belo Horizonte e Contagem no valor de R\$ 176.499,81: o projeto pleiteia a aquisição de equipamentos que permitam melhor qualidade técnica na preparação prévia das operações de busca e apreensão, permitindo ainda a gravação de oitivas por meio audiovisual com transcrição imediata. Será beneficiada toda a população mineira com esse investimento no combate à sonegação fiscal com foco na restituição dos valores sonegados em crimes tributários;
- aperfeiçoamento estrutural das atividades do MP Itinerante no valor de R\$ 63.110,00: projeto para aquisição de insumos como plotagem de vans, *banners*, adesivos, camisetas, notebook, televisão, caixa de som e tenda inflável, que permitirão ao MP Itinerante o atendimento aos cidadãos. Serão beneficiados os habitantes de diversos municípios de baixo IDH, onde o cidadão não tem acesso aos instrumentos mínimos de justiça;
- operação “Mata Atlântica Viva 2020/2021” – Caoma/MPMG no valor de R\$ 488.977,00: trata-se de operações de combate ao desmatamento da Mata Atlântica, sendo o bojo do projeto o custeio de diárias dos servidores que integram a força-tarefa e participarão das operações concentradas no Norte de Minas e Jequitinhonha. Esta operação vem contribuindo de forma importante na preservação do nosso meio ambiente, beneficiando toda a população que vive no bioma.

No segundo semestre de 2020, o FUNEMP aprovou o custeio dos seguintes projetos:

- estruturação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado () no valor de R\$ 6.716.000,00: aquisição de equipamentos de informática para as unidades do Gaeco central e regionais, instrumentos para extração de dados de dispositivos móveis, microcomputadores, instrumentos para captação, gravação e transcrição automática de depoimentos e Drones. Como o Gaeco tem composição mista, serão beneficiados, além do MPMG, as Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, e toda a população mineira com esse investimento no combate ao crime organizado;
- transporte sanitário de emergência para a Prefeitura Municipal de Guanhães no valor de R\$ 350.000,00: de ambulância UTI móvel que beneficiará toda a população da microrregião de Guanhães;
- sistema de gestão de bens culturais do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação (Caoma-MPMG) no valor de R\$ 60.964,83: desenvolvimento e aquisição do Sistema e Aplicativo Gestão de Bens Culturais que possibilitará a interface com o público, facilitando a pesquisa e o acesso por outras instituições. O projeto beneficiará toda a população mineira, considerando que visa proteger o vasto patrimônio histórico e cultural do Estado de Minas Gerais;
- ASAS - Áreas de Soltura de Animais Silvestres do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no valor de R\$ 277.951,57: o projeto pretende implantar 24 novas áreas de soltura de animais silvestres apreendidos, para reinserção dele, de forma gradual através do cadastramento de propriedades particulares ou públicas para recebê-los. Beneficiará todos os animais silvestres apreendidos em MG, que terão destinação mais apropriada;
- PRODEVIDA - Programa Regional de Defesa da Vida Animal da Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande (AMEG) no valor de R\$ 577.972,00: aquisição de insumos cirúrgicos, tais como microchips, anestésicos e medicamentos para castração gratuita de animais. Beneficiará todos os cães e gatos nos 22 municípios que compõem a microrregião do Médio Rio Grande;
- aquisição de microcomputadores para a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) no valor

de R\$ 1.797.028,00: aquisição de equipamentos de informática para renovação do laboratório de auditoria digital da SEF-MG. O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) apresentou os resultados do biênio 2019/2020, apontando a recuperação de mais de 200 milhões para o Estado. Esse projeto, portanto, trará mais recursos para a atuação do Executivo mineiro;

- complemento ao projeto de estruturação do Corpo de Bombeiros Militar (CBMMG) em Salinas no valor de R\$ 44.620,08: acréscimo de valor de TDCO vigente para aquisição de materiais e equipamentos. Beneficiará toda a população da microrregião de Salinas;
- potencialização das ações operacionais de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) no valor de R\$ 2.428.160,00: aquisição de equipamentos de informática para reestruturação das agências de inteligência da PMMG. Beneficiará toda a população mineira devido aos reflexos nesse investimento em segurança pública.

Execução de Projetos pelo FUNEMP

O FUNEMP deu continuidade ao custeio dos projetos aprovados até 2019 e ainda não finalizados:

- diagnóstico dos efeitos da infraestrutura viária na biodiversidade mineira, da Cedef/Caoma/MPMG no valor de R\$ 233.500,00: a pesquisa fará um diagnóstico do impacto negativo causado sobre a fauna em razão da construção de rodovias e ferrovias, por exemplo, o atropelamento de animais, auxiliando na proposta de medidas mitigadoras e compensatórias. Serão beneficiados todas as bacias hidrográficas e todos os ecossistemas mineiros;
- cursos de qualificação para os municípios de Extrema, Camanducaia (distrito de Monte Verde), Caldas e Muriaé nos valores de R\$ 507.654,40, R\$ 999.290,00, R\$ 282.781,28 e R\$ 142.800,00, respectivamente: projetos desenvolvidos pelas Prefeituras, com a participação do SESC e do SENAC, visando qualificar a população e gerar emprego e renda. Esses projetos beneficiarão todas as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social nesses municípios ao promover oportunidades concretas de inserção destes trabalhadores no mercado;
- revisão de processos via Propad e Promad pela Copli/MPMG no valor de R\$ 1.700.000,00: contratação de consultoria técnica para realizar mapeamento, análise, modelagem, otimização e revisão dos processos de trabalho, de modo a propiciar a racionalização das rotinas das Promotorias de Justiça e da área administrativa. Beneficiará diretamente o *Parquet* mineiro e, conseqüentemente, a população em geral;
- pagamento de honorários de peritos em 2019 para a Ceat/MPMG no valor de R\$ 500.000,00: projeto que beneficiará diretamente a Central de Apoio Técnico do *Parquet* mineiro e, conseqüentemente, a população em geral;
- estruturação física e logística para o programa de divulgação da natação (Prodinata) do Corpo de Bombeiros Militar (CBMMG) no valor de R\$ 39.186,90: o Prodinata objetiva ensinar natação e salvamento aquático a crianças e adolescentes carentes, em sua maioria de baixa renda, que serão os beneficiados deste projeto;
- reforma de aeronaves do Comando de Aviação do Estado (Comave/PMMG) no valor de R\$ 1.869.457,82: o objetivo do projeto é modernizar 2 (duas) aeronaves para potencializar as atividades da unidade. Será beneficiada toda a população mineira, considerando o relevante apoio realizado pelo Comave a diversos órgãos e instituições, a exemplo do apoio dado nos desdobramentos do desastre de Brumadinho;
- aquisição de viaturas de grande porte para transporte de militares e cães da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em Araxá no valor de R\$ 213.265,00; aquisição de viaturas e rádio transmissor para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em Patos de Minas no valor de R\$ 205.250,00; aquisição de veículo para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em Varginha no valor de R\$ 338.500,00; aquisição de veículo e drone para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em Caratinga no valor de R\$ 221.549,34; aquisição de motocicletas para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em BH (Rotam)

no valor de R\$ 1.206.375,45; e aquisição de GPS e coleiras caninas para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em BH (Cia Cães) no valor de R\$ 140.000,00: essas ações beneficiam toda a sociedade mineira ao colaborar de forma significativa com a Segurança Pública do Estado de MG;

- aquisição de mobiliário, máquinas e equipamentos diversos para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semad) no valor de R\$ 88.830,00: o projeto visa equipar a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro (Supram LM) para as atividades finalísticas e dar suporte às atividades meio. Beneficiará a população de 146 (cento e quarenta e seis) municípios e 3 (três) bacias hidrográficas localizadas no bioma da Mata Atlântica;
- aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o município de Buritis no valor de R\$ 52.649,72: esses equipamentos beneficiarão toda a população da microrregião de Buritis-MG;
- jovem itinerante, município de Pirajuba, no valor de R\$ 148.920,69: projeto para aquisição de veículo para atender ao CRAS local. Beneficiará a população em situação de vulnerabilidade no município de Pirajuba;
- aquisição de trailer, instrumentos cirúrgicos, tendas e colchonetes (castra-móvel) para o município de São José da Lapa no valor de R\$ 57.475,53: esta unidade de esterilização, também chamada de “castra-móvel”, é mais vantajosa que o centro cirúrgico fixo devido ao custo, que é relativamente baixo, e à mobilidade, pois o veículo pode ir inclusive à zona rural, onde há grande quantidade de animais, além de ser bastante sustentável. O projeto vai trazer bem-estar aos animais e aos humanos da microrregião de São José da Lapa ao possibilitar maior controle das zoonoses;
- pagamento de honorários de peritos, reforma da sede em BH e aquisição de imóvel em Patos de Minas para o Ministério Público do Trabalho (MPT) nos valores de R\$ 300.000,00, R\$ 1.200.000,00 e R\$ 2.650.000,00, respectivamente: projetos que beneficiarão diretamente o Ministério Público do Trabalho da 3ª região e, conseqüentemente, todos os trabalhadores mineiros;
- aquisição de equipamentos para a Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente das Bacias Hidrográficas dos Rios das Velhas e Paraopeba (CRVP/Caoma/MPMG) no valor de R\$ 19.000,00: os equipamentos servirão para as perícias e vistorias efetuadas pela CRVP. Beneficiará a atuação do MPMG na seara ambiental e a população destas bacias hidrográficas.

Por derradeiro, seguem outras informações consideradas relevantes que demonstram a conformidade e o bom desempenho da gestão no exercício:

Implantação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

Em 04/08/2020, foi publicada no DOMP a Portaria PGJ 1136/2020, que instituiu comissão para implantação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), estabelecido pela Lei Federal nº 13.019/2014, nas parcerias a serem firmadas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais com organizações da sociedade civil. O objetivo é estabelecer os procedimentos e trâmites para a celebração de parcerias firmadas entre o MPMG e organizações da sociedade civil, com interveniência do FUNEMP, visando à consecução de projetos de interesse público em regime de mútua cooperação.

Celebração de convênios de saída

Como exemplo de inovação, no ano de 2020 foram celebrados com a interveniência do FUNEMP os primeiros convênios de saída do MPMG. Esse instrumento viabilizará a realização

de ações em que haja parceria entre o FUNEMP e municípios ou consórcios públicos, trazendo considerável eficiência administrativa interna e fortalecendo o papel do fundo de fomento à defesa dos direitos difusos nos mais diversos rincões do nosso estado.

Arrecadação por boleto bancário

Ainda no exercício de 2020, o FUNEMP deu continuidade ao processo de modernização de gestão com a formalização de contrato com o Banco do Brasil para emissão de boletos de pagamento dos recursos destinados ao fundo. Essa contratação trará considerável redução de custos, melhor controle e conseqüente agilidade nas cobranças, facilitando, assim, a emissão de relatórios gerenciais específicos e consolidando sua eficiência e transparência.

Baixa patrimonial e contábil de bens

De acordo com o Relatório da Auditoria Interna relativo às contas do FUNEMP de 2019, o registro de bens permanentes (tangíveis e intangíveis) e de consumo nas demonstrações contábeis do fundo seria indevido, uma vez que as aquisições de tais produtos com os recursos do FUNEMP têm a finalidade de estruturar as entidades beneficiárias no desenvolvimento de programas, projetos e ações por elas apresentados. Ou seja, os bens adquiridos serão potenciais de serviços para as entidades beneficiárias, e não para os fundos. A Superintendência de Logística e Serviços (SLS), por meio da Diretoria de Materiais e Serviços (DMAS) está providenciando a baixa patrimonial juntamente com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI).

O FUNEMP buscou no exercício de 2020 atingir o objetivo para o qual foi legalmente criado, investindo na modernização do MPMG, no combate ao crime organizado, na reconstituição dos bens lesados e na proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Registre-se que **todas** as aplicações dos recursos financeiros foram previamente aprovadas em plenário pelo Grupo Coordenador (órgão colegiado responsável pela direção do FUNEMP).

JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI

Presidente do FUNEMP

ULISSES OLIVEIRA CRUZ

Secretário-Executivo do FUNEMP



Documento assinado eletronicamente por **JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI**,
PRESIDENTE DO FUNEMP, em 05/04/2021, às 19:10, conforme art. 22, da Resolução
PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **ULISSES OLIVEIRA CRUZ, COORDENADOR II**, em 05/04/2021, às 19:12, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1003402** e o código CRC **DC4F7042**.

Processo SEI: 19.16.3655.0015525/2021-30 / Documento SEI:
1003402

Gerado por: PGJMG/GCFUNEMP/FUNEMP-SECEXE

AVENIDA ALVARES CABRAL, 1740 - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG
CEP 30170008 - www.mpmg.mp.br